

**FALE COM A GENTE!**

Editor Leopoldo Figueiredo  
E-mail portomar@tribuna.com.br  
Telefone 2102-7269

**Associação de Portos tem novo endereço**  
A Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH) inaugurou ontem seu novo endereço em Brasília. Saiba mais na coluna Mercado Regional, na página A-15.

# PORTO & MAR

## AGU sai em defesa do Decreto dos Portos

Texto seguiu 'toda a tramitação legal' e 'não houve qualquer descompasso', afirma a advogada-geral da União, Grace Mendonça

DE SÃO PAULO

A advogada-geral da União, Grace Mendonça, saiu ontem em defesa do Decreto dos Portos. Ela disse que sua edição seguiu "toda a tramitação legal". Segundo a advogada-geral, "não houve qualquer descompasso" entre o que o presidente Michel Temer assinou e estudos técnicos acerca do decreto.

As declarações da ministra foram em resposta à reportagem publicada ontem pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que mostra que o Palácio do Planalto desconsiderou mais de um alerta da AGU para irregularidade no Decreto dos Portos. Ele é alvo de suspeitas do Tribunal de Contas da União (TCU), que analisa sua legalidade, e da Polícia Federal, que investiga se o presidente recebeu propina para beneficiar empresas do setor.

"É um decreto que seguiu toda a tramitação legal e foi todo subsidiado pelos estudos técnicos", afirmou a advogada-geral. Ela também viu com "naturalidade" que todos os pontos de uma nova norma sejam "amplamente discutidos" no Executivo.

Grace disse ainda que todos os pareceres elaborados pela AGU foram apresentados em manifestação pela defesa do de-

creto no órgão ao Supremo Tribunal Federal (STF). "Pareceres foram carreados aos autos para que se pudesse ter a clareza de que não houve, por parte do presidente da República, qualquer descompasso em relação aos estudos técnicos apresentados e ao decreto que foi de fato publicado", concluiu. O inquérito que investiga as possíveis irregularidades do presidente, envolvendo o decreto, estão sob relatoria do ministro do Supremo, Luís Roberto Barroso.

**'RISCO'**

Dentre os pareceres encaminhados pela AGU ao STF, está o último elaborado pelo órgão antes da edição do decreto, quando o texto estava quase pronto para seguir para o Palácio do Planalto. Na manifestação, o advogado da União apontou para um "risco relevante" de a prorrogação de contratos portuários já vigentes em até 70 anos ser considerada ilegal, mas o artigo foi mantido na versão final do decreto. O trecho pode beneficiar contratos mais antigos, cujas concessões podem durar até 100 anos.

"Esse parecer da AGU foi exarado exatamente nesse contexto, de colaborar, de contribuir, para que todos os aspectos pu-



Porto de Santos: advogado da AGU chegou a alertar sobre ampliar duração de concessão de terminais

dessem ser ali objeto de enfrentamento", afirmou Grace. Neste documento, de janeiro de 2017, o advogado da União disse que havia "risco relevante" de que o trecho fosse considerado "ilegal".

O primeiro alerta da AGU para ilegalidade no artigo data de um mês antes. Um comentário jurídico no relatório final do grupo de trabalho do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil apontava que a

regra era "manifestamente ilegal". Na época, o artigo previa não apenas a inclusão de contratos já vigentes nas novas regras do decreto, como também contratos já vencidos ou em transição.

Em nota, o Planalto defende que "qualquer discussão anterior ou minuta elaborada em fase de estudos fica prejudicada pela versão final do decreto".

**'QUAL O ALERTA?'**

Também ontem, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, declarou que a "opinião da AGU (Advocacia Geral da União) sobre o Decreto dos Portos não é terminativa".

"Não sei qual foi o alerta da AGU", disse Marun. "A AGU pode ter se manifestado em algum momento contrariamente a alguma das questões postas ali no decreto. Mas a opinião da AGU não é terminativa", afirmou o ministro, relatando que, na última segunda-feira, 21, houve uma manifestação de opositoristas ao Decreto dos Portos "recheada de completa imbecilidade".

O ministro ainda criticou a necessidade de iniciativas do Poder Executivo terem de receber avaliação multidisciplinar. "No governo, cada decisão recebe o parecer de sete ou oito ou nove órgãos, numa burocracia altamente prejudicial ao País", afirmou. (Estadão Conteúdo)

CARLOS MOGUEIRA